



ANEXO I

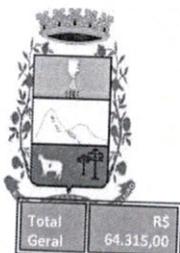
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de carga de gás oxigênio medicinal para Fundo Municipal de Saúde de São Joaquim e 2ª companhia de Bombeiros militar.

Planilha com especificação, quantidade e unidade de medida.

OXIGENIO MEDICINAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Ite m	Quan t.	Uni d.	Descrição/Especifi cação	Valor Unitário	Valor Total
1	1.200	M ³	Oxigênio líquido medicinal , acondicionado em cilindros de 6M ³ a 10M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	R\$ 22,17	R\$ 26.604,00
2	100 10	0,7 m ³	Oxigênio líquido medicinal , acondicionado em cilindros de 0,7 M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	67,03	R\$ 6.703,00
3	100 10	1 m ³	Oxigênio líquido medicinal , acondicionado em cilindros de 1 M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	84,67	R\$ 8.467,00
4	50 10	2,2 m ³	Oxigênio líquido medicinal , acondicionado em cilindros de 2,2 M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	101,25	R\$ 5.062,50
5	100 10	3m ³	Oxigênio líquido medicinal , acondicionado em cilindros de 3M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	135,9	R\$ 13.590,00
					R\$ 60.426,50



OXIGENIO MEDICINAL 2ª companhia de Bombeiros militar					
Item	Quant.	Unid.	Descrição/Especificação	Valor Unitário	Valor Total
2	10	0,7 m ³	Oxigênio líquido medicinal, acondicionado em cilindros de 0,7 M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	67,03	R\$ 670,30
3	10	1 m ³	Oxigênio líquido medicinal, acondicionado em cilindros de 1 M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	84,67	R\$ 846,70
4	10	2,2 m ³	Oxigênio líquido medicinal, acondicionado em cilindros de 2,2 M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	101,25	R\$ 1.012,50
5	10	3m ³	Oxigênio líquido medicinal, acondicionado em cilindros de 3M ³ , Cilindros reserva, em comodato.	135,9	R\$ 1.359,00
					R\$ 3.888,50

2. JUSTIFICATIVA e OBJETIVO

2.1 Justifica-se a aquisição deste considerando a alta demanda de portadores de enfermidades, tais como: doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), doença pulmonar intersticial, doenças congênitas que provocam hipoxemia, deformidades torácicas graves, bronquiectasias, fibrose cística, doenças da circulação pulmonar e cardiopatias graves. Para a VNID, o maior grupo de pacientes corresponde àqueles com doenças torácicas restritivas (Trauma Raqui-Medular, Cifo escoliose e Sequela de Poliomelite) e doenças neuromusculares (Esclerose Lateral Amiotrófica e Distrofias Musculares), que mediante avaliação médica preencham os critérios dos Serviços de Oxigenoterapia e Ventilação Domiciliar – SOVD. Considerando o tempo de espera para o funcionamento deste serviço via Estado (órgão responsável pelo serviço), bem como o risco eminente de morte dada a não utilização do oxigênio pelo usuário. Considerando que o



órgão responsável pelo fornecimento continuado do oxigênio estabelece diretrizes para o fornecimento, as quais delimitam a entrada do usuário no sistema, mesmo que este necessite do serviço por determinado tempo, os quais acabam sendo atendidos pelo município por necessidade eminente ou por demandas judiciais. Considerando a responsabilidade de manter abastecidas as ambulâncias brancas do município, bem como a ambulância básica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Considerando o estabelecido acima, esta secretaria entende ser viável a aquisição de Oxigênio Líquido medicinal, acondicionado em cilindros.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 4.1. O objeto do presente termo de referência será recebido em remessa única pela Secretaria Municipal da Saúde com prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis após recebimento da nota de empenho.
- 4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (meses), ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 4.3. Os bens deverão ser entregues na sede do órgão, no endereço: se material permanente: Setor de Patrimônio, se material de consumo: Secretaria Municipal de Saúde: Endereço Domingos Martorano, Centro, Nº 382 São Joaquim SC, CEP: 88600 - 000 no horário das 08:00 às 14:00 horas. Sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.
- 4.4. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.
- 4.5. As notas de empenho poderão ser substituídas por uma ordem de compra oficial que serão enviadas através de correio eletrônico (e-mail), cadastrados no SICAF, e a data deste envio será a referência para o prazo estipulado no item 4.1 do presente termo. Para tanto as empresas participantes do certame deverão manter as informações de seu cadastro atualizadas junto à instituição e ao SICAF. Se após 20 dias da homologação do certame a nota de empenho ou o extrato de compras não for recebido, o fornecedor deverá entrar em contato através do e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com, smssaojoaquim@gmail.com, saude@saojoaquim.sc.gov.br, solicitando o referido documento. A alegação do não recebimento da nota de empenho não será aceita como justificativa para a recusa da entrega do material. O endereço de e-mail informado acima deverá ser utilizado somente para a resolução de problemas relativos ao envio dos empenhos. O fornecedor poderá também utilizar como ferramenta de consulta o site https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-020/con_gastoporfavorecido.faces, extraíndo os empenhos emitidos relativos ao presente certame.
- 4.6. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

5. VALOR ESTIMADO



- 5.1. O valor máximo a ser gasto com a presente contratação é de **R\$ 64.315,00** Secretaria Municipal de saúde;
- 5.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos extraídos no banco de preços apresenta preços praticados por outras instituições públicas, baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Os bens serão recebidos:
- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.
- 6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada obriga-se a:
- 7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 7.1.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez dias) corridos**, o produto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 7.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 7.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 7.1.10. Controlar o saldo de AF (Autorização de Fornecimento) e em caso de entrega sem saldo de AF, administração não se responsabilizara pelo pagamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

- 8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

9.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



- 10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. CONSIDERAÇÕES

Fiscal do Contrato: LUCAS BORGES ANDRADE (11429)
Gestora de Contratos: Andréa Neves de Souza (11004).

Dotação Projeto Atividade nº: 2.050 – Dotação 02 – Recurso 5002 (Fundo Municipal de Saúde);
Dotação Projeto Atividade nº: 2.050 – Dotação 02 – Recurso 5100 (Fundo Municipal de Saúde);
Dotação Projeto Atividade nº: 2.053 – Dotação 15 – Recurso 5038 (Fundo Municipal de Saúde);
Dotação Projeto Atividade nº: 2.053 – Dotação 15 – Recurso 5138 (Fundo Municipal de Saúde);
Dotação Projeto Atividade nº: 2.059 – Dotação 24 – Recurso 5038 (Fundo Municipal de Saúde).

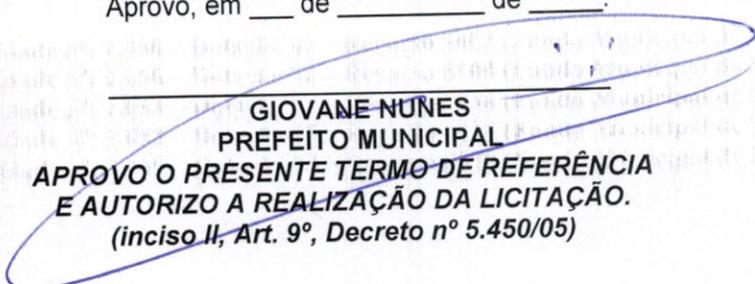
30

São Joaquim, 31 de Janeiro de 2023.

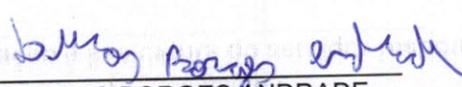

José Teodoro de Sena Amara
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 11359

Identificação e assinatura do servidor responsável
Cargo/carimbo

Aprovo, em ___ de ___ de ___.


GIOVANE NUÑES
PREFEITO MUNICIPAL
APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.
(inciso II, Art. 9º, Decreto nº 5.450/05)

Ciente em ___ de ___ de ___.


LUCAS BORGES ANDRADE